O ASPECTO GENOCIDA DO ESTADO FORJADO NA LIMPEZA ÉTNICA

Leonardo Da Silva Mega (IC) e Antônio Isidoro Piacentini (Orientador)

Apoio: PIBIC Mackenzie

RESUMO

Analisando o grande acervo bibliográfico cujo escopo é tentar materializar os diferentes fatores que, somados, culminam no crime de genocídio, conclui-se que o Estado é um dos maiores arquitetos que atua, de forma obscura, na exclusão de minorias sociais e econômicas que divergem dos padrões fixados pelas elites, usa de instrumentos como a limpeza étnica para afastar todos aqueles que não se enquadram nos rígidos requisitos das classes mais abastadas. O preconceito; a intolerância; a gentrificação; o racismo e a mixofobia, são manifestações sociais cuja essência evidencia que o medo e o desconhecimento daquilo que é divergente geram um comportamento violento que se mostra enraizado nas diversas culturas que colidem, sem ao menos tentar tolerar e conhecer as belezas que são inerentes à diversidade. A história tem se mostrado cíclica, líderes políticos cuja vil missão é criar fronteiras entre etnias conquistam um apoio crescente e impensado. O Brasil é um país berço de incontáveis culturas e etnias, um território onde as diferenças deveriam ser abraçadas, e mesmo possuindo essa grande miscigenação de povos, os fenômenos sociais de exclusão se mostram sólidos e brutais. Portanto, o estudo desses fenômenos que desencadeiam a violenta exclusão de determinados grupos é urgente e vital para demonstrar a grande importância de uma sociedade ampla, empática e inclusiva.

Palavras-chave: diversidade; genocídio; crime.

ABSTRACT

Analyzing the great bibliographical collection whose scope is to try to materialize the different factors that, together, culminate in the crime of genocide, it is concluded that the State is one of the greatest architects that acts, obscurely, in the exclusion of social and economic minorities that diverge of standards set by the elites, uses instruments such as ethnic cleansing to ward off those who do not fit the rigid requirements of the wealthier classes. The prejudice; intolerance; gentrification; racism and mixofobia are social manifestations whose essence evidences that the fear and the ignorance of what is divergent generate violent behavior that is rooted in the diverse cultures that collide, without at least trying to tolerate and to know the beauties that are inherent to the diversity. History has been cyclical, political leaders whose vile mission is to create boundaries between ethnic groups gain a growing and unthinking support. Brazil is a cradle of countless cultures and ethnicities, a territory where differences should be embraced, and even possessing this great miscegenation of peoples, the social phenomena of exclusion are solid and brutal. In this way, the study of social phenomena that

trigger the violent exclusion of particular groups is urgent and vital to demonstrate the great importance of a broad, empathic and inclusive society.

Keywords: diversity; genocide; crime.

1. INTRODUÇÃO

É paradoxal que, com o avanço quase imensurável das tecnologias de informação, a sociedade pós-moderna ainda não se encontra apta a respeitar a diversidade e, discutir, com a inerente seriedade, a marginalização de minorias e a morte desses grupos que têm origem no preconceito, na xenofobia, no racismo e na intolerância, ou, simples e puramente no ódio infundado.

O crime de genocídio pode ser encarado como o produto final da ocorrência frequente de fenômenos sociais cuja principal sequela é a exclusão, quase sempre violenta, de grupos étnicos periféricos.

É recorrente, nos históricos de governos e administrações, o uso de medidas camufladas que objetivam a homogeneização dos espaços urbanos, eliminando as diferenças que são consideradas como inadequadas aos olhos das classes economicamente dominantes.

A limpeza étnica é um mecanismo recorrentemente usado pelo Estado para depurar áreas, excluindo grupos de seus espaços originários. Essa deportação é usada como um instrumento brutal de embelezamento urbano-social, feito com obscuridade para ocultar da mídia, a morte e as adversidades sofridas por esses grupos que, normalmente, são pertencentes a etnias, raças, culturas e religiões, alvos de um preconceito histórico.

É no emprego da limpeza étnica por parte dos Estados, que fica evidenciado um aspecto embrionário do próprio crime de genocídio, enraizado nessas medidas administrativas motivadas pela não aceitação daqueles que divergem das características consideradas como convenientes em uma sociedade. Surge, nesse poço infinito, a necessidade urgente da discussão sobre os fenômenos sociais quase onipresentes nas civilizações, que tendem a desencadear no crime de genocídio.

A análise desse lado vil da sociedade e a exposição não censurada ou eufemizada dessa seletiva hecatombe é o único meio para o apaziguamento da violência e, também, para o amparo constitucional dessas minorias.

2. DESENVOLVIMENTO DO ARGUMENTO

2.1. GENOCÍDIO

A locução híbrida genocídio surge, pioneiramente, com o jurista polonês Raphael Lemkin, que constrói o neologismo para denotar a essência do crime: um plano encadeado, composto por diversas ações que convergem na destruição de um certo grupo étnico.

Impossível se torna, contudo, falar em genocídio sem fazer referência a um homem, de nome Raphael Lemkin, jurista polaco, que propôs, pela primeira vez o termo “genocídio” em 1944, que, segundo ele, resulta de uma combinação entre o termo grego *genos*, que significa raça ou clã, e *cide*, sufixo latino que se refere ao conceito de matar. O termo genocídio consistiria assim na destruição de grupos nacionais, raciais ou religiosos, ou seja, seriam os grupos em si os verdadeiros alvos da ação criminoso, ao passo que os indivíduos seriam selecionados apenas pelo fato de pertencerem a determinado grupo. A premissa subjacente a sua definição é que o dano é qualitativamente diferente, uma vez que não se encaram as vidas individualmente consideradas: o que está em causa é a erradicação de um povo (ABELHA, 2003).

Incontáveis são os episódios que aconteceram durante a história humana que se enquadram na prática do genocídio, entretanto, essas barbáries nunca chegaram a ser consideradas como um crime já que o próprio conceito é algo bastante contemporâneo. Essa nomenclatura encontra seu alicerce nos ideais do movimento iluminista dos séculos XVII e XVIII, que salientava a importância e a grande pertinência da indissociabilidade de certos direitos básicos à figura humana, direitos que tinham o escopo de consolidar a dignidade humana.

Desse modo, antes da definição do crime de genocídio pelo direito internacional, foi pela permissividade dos Estados ou por sua própria autoria que massacres como as do período das colonizações da África e América do Sul ocorressem sem grandes obstáculos para as potências europeias, devastando uma quantidade atroz de tribos africanas e aborígenes.

O genocídio certamente não é um crime membro de uma categoria genérica de delitos, mas é destacado para auferir uma classificação mais específica, a de crime contra a humanidade. É, desse modo, compreendido como um crime internacional, assim como colocado por Carlos Cãnedo, em sua obra “O Genocídio como Crime Internacional”, que só passa a ser identificado como tal depois das desumanidades ocorridas durante

o regime nazifascista da Segunda Guerra Mundial, mesmo que a sua prática tenha acontecido de maneira constante e velada no decorrer da história.

Durante a Segunda Guerra Mundial, as potências aliadas, em inúmeras oportunidades, reportaram as atrocidades cometidas pelo Eixo Berlim-Roma-Tóquio, desencadeando discussões que culminariam no desenvolvimento técnico do conceito do crime de genocídio, conjuntamente com as análises feitas pela Comissão de Crimes de Guerra das Nações Unidas (UNWCC), criada em 20 de outubro de 1943 e, também, com a realização dos Tribunais Internacionais que esse crime é definido e formalizado.

A Organização das Nações Unidas, por sua vez, institui a Convenção para a Prevenção e a Repressão do Crime de Genocídio, explanando, em seu artigo 2º, o crime como um complexo de atos coordenados cometidos com a intenção de destruir no todo ou em parte, um grupo nacional, étnico, racial ou religioso, podendo este ato se manifestar através da morte dos membros do grupo, da lesão grave à integridade física ou mental e até do impedimento dos nascimentos dos membros do grupo e a sua submissão a condições de existência insustentáveis. O sujeito ativo desse crime hediondo, pode ser qualquer pessoa ou entidade pública que esteja motivada a causar o fim total ou parcial de um grupo e essa motivação deve ser impulsionada pela aversão às características específicas, inerentes à particularidade do grupo. Os sujeitos passivos são os grupos singulares, minorias pertencentes à etnias, religiões e raças marginalizadas e vítimas de preconceito.

Manuel João Ferreira Abelha, em sua dissertação de mestrado para a Universidade Católica Portuguesa, examina o tipo do crime, identificando a existência do elemento objetivo ou *Actus Reus* e o elemento subjetivo ou *Mens Rea*. Dentro do elemento objetivo do crime, estão classificados cinco atos que constituem o crime, são eles: o assassinato de membros do grupo; o atentado grave a integridade física e mental de membros do grupo, que pode ser a tortura, escravidão, deportação, perseguição e até o isolamento dos membros do grupo; submissão deliberada do grupo a condições de existência que acarretarão a sua destruição física parcial ou total; medidas destinadas a impedir nascimentos de integrantes do grupo, que pode ser executada através da mutilação genital, esterilização e controle forçado de natalidade e a transferência forçada de membros crianças de um grupo para outro, cujo principal objetivo é desenraizar os membros de seu núcleo, impossibilitando o conhecimento de sua própria cultura.

O elemento subjetivo ou psicológico, no que lhe concerne, corresponde à intenção do agente de destruir parcial ou totalmente determinado grupo étnico ou, também, se ele

se dispuser a dar causa a um dos efeitos do crime ou estiver ciente de suas consequências, essa ciência consiste em conformidade. A vontade desse agente de destruir um grupo é uma intenção criminal agravada, não sendo suficiente que o infrator tenha consciência dos efeitos dos seus atos, é necessário que ele esteja motivado a consumir o ato, ou seja, a destruição total ou parcial do grupo, originando um duplo grau de dolo.

A tutela jurídica, também analisada por Manuel João Ferreira Abelha, em primeiro plano, não se projeta sobre um indivíduo, mas visa proteger o grupo, a pluralidade e diversidade de etnias, raças e religiões inerentes ao complexo humano. Essa gama é o que torna a espécie humana tão notável e, portanto, deve ser protegida pelo Estado Democrático de Direito.

A própria definição do crime, no Direito, é alvo de calorosos desacordos, sendo o ponto de maior divergência a escolha dos grupos protegidos pelo Estatuto de Roma. Grupos econômicos e políticos foram, propositalmente, excluídos, já que a escolha desses grupos é resultado do compromisso dos Estados signatários e, alguns deles como a dissolvida União Soviética, teriam feito forte oposição à inclusão de grupos políticos, para evitar acusações devido a fatos do passado. É devido a essa limitação do termo que existem propostas de alteração para “democídio”. Para o cientista político J.R. Rummel, autor de grandes obras cujo escopo era a demonstração da responsabilidade estatal diante de genocídios, sendo “War and Democide Never Again” e “Death by government- Genocide and Mass Murder since 1900”, algumas de suas principais obras, o termo englobaria o chamado politicídio, é a perseguição e morte motivadas por ideologia política.

Os grupos protegidos pela Convenção estão enumerados em seu artigo 2º e são apenas grupos nacionais, étnicos, raciais ou religiosos. Pode-se identificar indivíduos de um grupo por meio de dois critérios, através da perspectiva objetiva, são analisados os costumes, a língua e a religião do grupo e, segundo a perspectiva subjetiva, observa-se a própria percepção dos membros enquanto um grupo, ou seja, o sentimento de identidade coletiva que é o fator analisado. Esses critérios são utilizados em Tribunais para averiguar possíveis ocorrências do crime.

O jurista argentino Eugenio Raúl Zaffaroni, em sua obra “A Palavra Dos Mortos: Conferências de Criminologia Cautelar”, representa bem a parcela de doutrinadores que criticam a limitação intrínseca à definição do crime de genocídio. Para ele, é inaceitável uma definição de homicídio que exclui certos grupos e, ao mesmo tempo, exija dolo direto de primeiro grau e exclua o dolo de consequências necessárias e o

eventual. Para Zaffaroni, tal limitação abre espaço para manipulações políticas internacionais, já que se coloca em dúvida se certas atrocidades cometidas por potencias internacionais podem ou não ser punidas como crime de genocídio.

Há, acerca deste crime, outra discussão que não encontra grande concordância entre os estudantes do tema. O genocídio cultural é uma modalidade do crime não incluído na Convenção para a Prevenção e Repressão do Crime de Genocídio, tal modalidade classifica como genocídio as ações que venham a impedir que um grupo étnico exerça a sua cultura, religião e idioma, é a destruição da identidade do grupo.

2.2. ABORDAGEM HISTÓRICA DE CASOS DO CRIME DE GENOCÍDIO

2.2.1. RUANDA, ARMÊNIA E ALEMANHA

Geraldo Minuci, para a Revista Brasileira de Ciências Criminais, ressalta o conflito entre hutus e tutsis pode ser visto como um conflito que se desdobra nos planos político e econômico, mas, mesmo estas não sendo características dos grupos protegidos pela Convenção para a Prevenção e Repressão do Crime de Genocídio, Ruanda foi o cenário de um dos mais violentos genocídios da história. Ruanda, país pertencente à África Central era formada por três grupos étnicos: os hutus, que eram a etnia mais numerosa; os tutsis e os twa que eram o menor grupo da região. Acredita-se que o primeiro grupo a chegar em Ruanda foram os twa, seguidos pelos hutus e por último os tutsis, que conseguiram exercer domínio políticos sob os outros grupos. O país, nos anos 1980, sofreu com o domínio colonial alemão e, posteriormente ficou sob mandato belga e é apenas depois da Segunda Grande Guerra que a região passa a ser assistida pela ONU.

Durante o senhorio belga, a população foi obrigada evidenciar, em seus documentos de identificação, sua etnia. A Bélgica, em 1956, organiza eleições municipais vencida facilmente pelos hutus; no ano de 1959, hutus morrem durante um violento conflito com os tutsis e em resposta, os hutus saqueiam propriedades dos tutsis e em 1960, o monarca tutsi se vê obrigado a fugir de Ruanda, seguido por 200 mil refugiados tutsi. A hostilidade entre os grupos continuava crescendo e em 1978, Ruanda sofre um golpe e é implantado um regime de partido único, que englobava toda a população como membro, não havendo espaços para a segregação e mesmo com a mudança, os tutsis começaram a sofrer com perseguições ainda mais violentas.

Em 1990, inicia-se um conflito armado entre o exército ruandês e a Frente Patriótica Ruandesa (FPR), organização tutsi. Os anos seguintes foram marcados por execuções em massa, estupros, pilhagens e torturas, que resultou na morte de 800 mil tutsis. Diante do massacre e da conseqüente comoção internacional, a ONU envia

missões de bons ofícios e, posteriormente, instituiu um Tribunal ad hoc, ou seja, um Tribunal criado com uma função específica, que ficara conhecido como Tribunal Penal Internacional de Ruanda. O Tribunal despreendeu-se da literalidade da Convenção de 1948, para ter competência para julgar o conflito que além de étnico, era político e econômico.

Um segundo caso cuja exposição se revela indispensável é o genocídio armênio. Heitor de Andrade Carvalho Loureiro, em sua contribuição para a Revista *Ética e Filosofia Política*, com o título *95 Anos do Genocídio Armênio: O Protótipo dos Genocídios dos Tempos Modernos*, expõe que o governo turco-otomano, entre 1915 e 1923, exterminou com grande violência 1,5 milhões de armênios que eram uma minoria étnica que viviam na região das províncias orientais de Anatólia, o genocídio foi negado pelos sucessivos governos da República da Turquia diante das acusações da comunidade internacional. Tropas subordinadas do governo turco-otomano obrigavam, regularmente, famílias armênias a se dirigirem aos desertos da região, principalmente o deserto de Der-el-Zor. Os armênios morriam, no caminho, de sede e inanição, além de sofrerem moléstias e violências das tropas. As outras potências mundiais pouco fizeram para tentar impedir o genocídio armênio e, quando tentavam denunciar, o governo turco-otomano aproveitava da grande quantidade de mortos por inanição e como escusa, culpava o cenário da Primeira Guerra Mundial.

Carregando, em sua história, um dos genocídios mais atroz e reportados pela imprensa mundial, a Alemanha conheceu o terror do holocausto judeu, liderado por Hitler, que se embasou na ideologia disseminada pelo nazismo e pela crença na raça ariana para exterminar a comunidade judia, quase a erradicando da Europa.

Annelies Marie, por ser judia, foi forçada a mudar de escola, já que a sua educava, também, crianças não judias, sua família teve que se mudar da Alemanha para a Holanda, onde viveram em um esconderijo com grandes dificuldades de conseguir o básico para sua sobrevivência. Por ser judia, foi separada de seus pais quando ainda era uma criança, viveu na gélida Auschwitz e no epidêmico Bergen-Belsen. Em fevereiro de 1945, Annelies Marie morreu de tifo pouco tempo antes da libertação pelo exército britânico, seu corpo foi jogado numa pilha de cadáveres e então cremado. Annelies Marie, hoje conhecida como Anne Frank, mantinha um diário onde descreveu suas esperanças, planos e, também, as atrocidades do holocausto judeu, fazendo o mundo conhecer, depois de 30 milhões de exemplares vendidos, de um ponto de vista infantil, o tormento de viver um genocídio.

“Holocausto” é uma palavra de origem grega que denota sacrifício pelo fogo. Foi a perseguição e o extermínio constantes de aproximadamente seis milhões de judeus dirigido e administrado pelo partido nazista de Adolf Hitler. O partido nazista chega ao poder em 1933, munidos de um discurso de ódio e de uma crença cega e infundada na superioridade da raça alemã, chamada por eles de ariana. O governo de Hitler criou campos de concentração onde isolavam os judeus e outras minorias os forçando a trabalhar como escravos e, quando não eram considerados aptos, morriam nas câmaras de gás e eram cremados em fornalhas sem nenhum tipo de identificação. Em 1945, os nazistas tinham assassinado aproximadamente dois em cada três judeus, configurando um dos genocídios mais devastadores da história.

O sociólogo e autor polonês Zygmunt Bauman analisa o holocausto, em sua obra “Modernidade e Holocausto”, sob um panorama histórico, onde percebe que o genocídio é decorrente de um conjunto de preconceitos e de uma ideologia radicalizada. O antissemitismo é uma aversão que ainda se mantém intensamente viva, é como se a história não se perdurasse maciça na memória afetiva das pessoas, que se esquecem com facilidade o que um discurso de ódio escarrado de uma boca poderosa e eloquente pode causar.

O Holocausto foi o clímax espetacular de uma história de séculos de ressentimento religioso, econômico, cultural e nacional. Esta é a explicação do Holocausto que primeiro vem à mente. Ela é “lógica” (se a pessoa se permitir a paradoxos). E no entanto a aparenta clareza dos laços causais não resiste a um exame mais detalhado (BAUMAN, 1989).

2.2.2. BRASIL

Evidenciando que muito avanço ainda precisa ser conquistado, no Brasil, a primeira decisão do Supremo Tribunal Federal abordando o crime de genocídio cometido em território nacional foi em agosto de 2006. O crime em questão ficara conhecido como o “Massacre de Haximu”, cujo resultado foi a morte de doze índios Yanomami. O julgamento, objeto de recurso extraordinário 351.487/RR (BRASIL, 2006, p.50), ao contrário do que transparece a ementa do acórdão, muitas questões não foram devidamente solucionadas como a aplicação cumulativa das penas de genocídio e homicídio. Haximu, é uma comunidade Yanomami no norte de Roraima, limítrofe à Venezuela, nas proximidades do Rio Demini. Ficara mundialmente conhecida após uma manhã de meados de 1993, quando garimpeiros armados assassinaram um homem adulto, duas mulheres, uma idosa cega, três jovens mulheres e cinco crianças entre um e oito anos de idade

Outro famoso caso brasileiro, estudado pela jornalista e autora Daniela Arbex, em sua obra “Holocausto Brasileiro”, narra a realidade análoga aos campos de concentração nazistas, do manicômio de Barbacena, interior de São Paulo, que fora cenário da morte de 60 mil pessoas. O hospício servia como um exílio para todos aqueles que eram considerados importunos à uma sociedade homogênea e depurada: alcoólatras; homossexuais; mulheres cujos maridos ordenavam a sua internação para poderem viver com suas amantes; pessoas com algum tipo de deficiência e prostitutas.

O hospício, conhecido como “Colônia”, fora inaugurado em 1903 e em 1930, todos os critérios médicos haviam desaparecido, 70% dos moradores não haviam qualquer diagnóstico médico, eram internados mediante ordem de pessoas poderosas e cujas contas bancárias eram fartas, como políticos e delegados. Os encarcerados não tinham acesso a higiene básica ou a uma alimentação nutritiva, morriam de fome, doentes ou violentados pelos funcionários da colônia. Arbex retrata que a fonte generosa de lucro dos donos do hospital era a venda de corpos para as universidades de medicina, cada corpo custava cerca de 50 cruzeiros, a venda gerou 600 mil reais de lucro, se atualizarmos a moeda. E quando a venda cessou, os corpos eram dissolvidos com ácido na frente dos outros cativos. As atrocidades só começaram a diminuir quando a reforma psiquiátrica ganhou atenção em Minas Gerais, em 1979; o hospital, hoje, é mantido pela Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais (FHEMIG). Até o momento, nenhum dos responsáveis foi julgado ou condenado pelo crime de genocídio.

Possivelmente, o caso mais famoso do crime de genocídio ocorrido em território brasileiro foi o exposto por Euclides da Cunha, na obra prima “Os Sertões”, publicada em 1902. O jornalista acompanhou e documentou a Guerra de Canudos (1896-1897), conflito entre o exército da República, comandados pelo Presidente Prudente de Moraes e os sertanejos da área, liderados por Antônio Conselheiro. A motivação do conflito foi a denúncia de coronéis ao Presidente, de que certo líder religioso estava doutrinando seguidores contra a recém-formada e frágil República.

Conselheiro era uma versão sertaneja de Messias, um enviado por Deus para ensinar e propagar ensinamentos religiosos. Antônio Conselheiro foi responsável por moldar Canudos no formato de uma cidade, com seu comércio e estrutura social; era povoada por sertanejos e ex escravos, que tiveram seus 5.200 casebres queimados pela quarta expedição do exército. O autor de “Os Sertões”, descreveu com maestria as quatro expedições militares responsáveis por matar todos os habitantes do arraial de Canudos, eliminando o grupo em sua totalidade. O genocídio de Canudos é considerado como um dos maiores massacres cometidos em território nacional, com

um saldo de 25 mil sertanejos que morreram lutando com instrumentos feitos por eles, enquanto o exército os matava usando as mais avançadas armas de fogo da época.

Euclides, descreve o fim da Guerra de Canudos e seu cenário de morte, devastado pelo exército que não deixou nenhum sobrevivente, seja homem, idoso, mulher ou criança. A civilização assustava Euclides, não a inocência e a vida modesta dos sertanejos de Canudos.

Concluídas as pesquisas nos arredores, e recolhidas as armas e munições de guerra, os jagunços reuniram os cadáveres que jaziam esparsos em vários pontos. Decapitaram-nos. Queimaram os corpos. Alinharam depois, nas duas bordas da estrada, as cabeças regularmente espaçadas, fronteando-se, faces volvidas para o caminho. Por cima, nos arbustos marginais mais altos, dependuraram os restos de fardas, calças e dólmãs multicores, selins, cinturões, quepes de listras rubras, capotes, mantas, cantis e mochilas... (CUNHA, 2016).

2.3. CENÁRIO INTERNACIONAL

O genocídio só passa a ser devidamente tratado como um crime quando ganha o posto de crime contra o direito internacional. As jurisdições domésticas não eram aptas para prevenir ou até mesmo punir massacres desse calibre, era imperativo que a comunidade internacional elaborasse medidas suficientemente adequadas ao delito e que não lesasse a soberania dos Estados.

Com o epílogo da Primeira Grande Guerra, o cenário mundial começa a sofrer alterações e os direitos humanos começam a se desenvolver. Com a nova ordem mundial, surgem as primeiras tentativas de internacionalização da persecução criminal e os massacres de minorias étnicas, religiosas, nacionais e culturais dentro das fronteiras de um Estado poderiam gerar responsabilização tanto de um agente individual como de um Estado. A repercussão mundial desencadeada pelo comportamento nazista durante a Segunda Guerra Mundial, motiva a popularização do conceito do crime de genocídio em toda a comunidade internacional. E, como reação dessa comunidade às atrocidades da Guerra, a Organização das Nações Unidas realiza, em 1948, a Convenção sobre a Prevenção e a Repressão do Crime de Genocídio.

A tomada de consciência no imediato pós Segunda Guerra Mundial da natureza dos crimes nazistas cometidos contra os judeus explica porque a noção de “genocídio” logo se impôs a toda nova comunidade internacional. Quatro anos após a definição de Lemkin, em 1948, a Organização das Nações Unidas adota o termo na Convenção sobre a Prevenção e a

Repressão do Crime de Genocídio, nas vésperas da aprovação da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Surge, então, o crime de genocídio como crime autônomo (Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica, p. 247, maio-agosto, Rio de Janeiro, 2005).

Com a realização da Convenção, foi possível, além de tipificar definitivamente o crime de genocídio, estabeleceu-se que era terminantemente proibido a realização do crime mesmo em tempos de guerra. As definições da Convenção produziram efeitos erga omnes e, portanto, suas normas integram o *ius cogens*, não sendo passíveis de revogação. Após a adoção do termo pela ONU, o conceito de crime de genocídio foi empregado em julgamentos da Corte Internacional de Justiça e dos Tribunais de Ruanda, da ex Iugoslávia e, também, nas cortes domésticas.

No Brasil, a tipificação do crime também aparece na Lei 2.889/1956, afirmando o modelo trazido pela Convenção. Contudo, o crime foi classificado como crime militar e sua conduta ficara expressa no artigo 208 do Código Penal militar em tempos de paz e nos artigos 401 e 402 do mesmo diploma, quando praticado em zona militar ocupada.

A Convenção foi, por muito tempo, o único instrumento legal internacional que decretava inúmeras responsabilidades aos Estados em caso de massacres ocorridos nos limites de suas fronteiras. Recentemente, outras significativas inovações foram ocorrendo no cenário do direito penal internacional, como a Convenção Contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes (1984) e também os estatutos dos Tribunais especiais como o de Ruanda, que aprimoraram e potencializaram o conceito de crime contra a humanidade.

Em 2002, o Estatuto de Roma, recepcionado no Brasil através do Decreto número 4388/2002, cria o Tribunal Penal Internacional. Ao Tribunal, é conferida jurisdição para julgar crimes de alto nível de gravidade e impacto no cenário internacional, sendo os crimes contra a humanidade, genocídio e crimes de guerra, os principais pontos de sua competência. O artigo 6º do Estatuto de Roma define e caracteriza o crime de genocídio, expressando os sujeitos passivo e ativo do tipo do crime e suas particularidades. Já o artigo 30 aponta os requisitos de conhecimento e vontade que caracterizam o sujeito ativo, ou seja, é necessário que o autor saiba que as vítimas são integrantes de um mesmo grupo étnico e que o objetivo final da ação seja a erradicação do grupo.

2.4. EXPLANAÇÃO DO TERMO LIMPEZA ÉTNICA E EXIBIÇÃO DE CASOS

Manoel João Ferreira, em seu trabalho disserta também sobre o fenômeno da limpeza étnica dizendo que a Guerra Civil Iugoslava expressa-se nos conflitos armados

ocorridos na região da antiga República Socialista Federativa da Iugoslávia, posteriores às declarações de independência da Eslovênia e da Croácia. A região era um berço da diversidade, composta por diferentes etnias, religiões, línguas e culturas; desencadeando um período de conflitos brutais que culminou na assinatura dos Acordos de Dayton, dividindo o território da Bósnia Herzegovina com base nas etnias, ou seja, os acordos criaram ainda mais fronteiras entre os povos da área, potencializando a segregação e o preconceito. Devido aos conflitos dos anos 1991 a 1995, a Guerra Civil mencionada abre maiores discussões acerca do tema limpeza étnica. O fenômeno limpeza étnica, cuja nomenclatura se deu apenas em meados da década de 90 como uma das nefastas consequências da guerra civil iugoslava, equivale a um esforço que intenciona expulsar pessoas pertencentes à grupos étnicos ou até socioeconômicos específicos, na tentativa de criar espaços de etnia homogênea. É o expurgo de minorias étnicas, mediante intimidação, ocasionado pelo preconceito em suas várias vertentes, como a xenofobia e o racismo.

O fenômeno aludido pode, portanto, ser examinada em uma particularidade que a diferencia, muitas vezes, dos casos de genocídio: a deportação forçada dos membros do grupo. Há um exemplo histórico, bastante singular que chama a atenção de estudiosos devido ao seu aspecto bastante paradoxal; o fim da Segunda Guerra Mundial exemplificou um caso, em grande escala, de limpeza étnica: a remoção forçada de 12 milhões de alemães que viviam em diferentes países da Europa. A deportação compulsória foi uma decisão das nações vencedoras da Guerra, expressa no Tratado de Potsdam.

A limpeza étnica envolve a remoção do grupo étnico de seu espaço, eliminando, inclusive, os vestígios físicos da existência do grupo. São esses vestígios que evidenciam o cotidiano, a cultura, o meio de subsistência e os costumes do grupo, podendo ser materializada por moradias, cemitérios, peças de arte e instrumentos de sobrevivência. O objetivo da remoção e da criação de condições que impeçam a volta do grupo para o território, consiste na alteração definitiva da etnia da população do referido espaço e, desse modo, cria-se um ambiente composto por quase nenhuma diversidade; essa atrocidade estratégica pode, inclusive, ser militar, visando garantir um controle menos moroso de um certo espaço territorial. É a partir de uma análise deste calibre que se torna possível perceber que a limpeza étnica pode ser fruto de medidas administrativas, ou seja, governamentais ou militares.

2.4.1. O EMPREGO DA LIMPEZA ÉTNICA EM POLÍTICAS IMEDIATISTAS NO BRASIL

A limpeza étnica no Brasil muitas vezes é uma consequência arquitetada de medidas administrativas, ineficientes, que tentam ocultar ou remediar os problemas gerados na desigualdade social e econômica que se mostram gritantes no país. No Rio, durante as Olimpíadas de 2016, painéis de acrílico foram construídos para separar o conjunto de favelas da maré da linha vermelha, principal via de acesso ao aeroporto internacional. Os muros evidenciam uma tentativa falha da prefeitura em tentar mostrar uma cidade elitizada e desenvolvida aos estrangeiros visitantes, uma cidade livre dos incontáveis problemas gerados pela desigualdade social, que atingem, impiedosamente, a população carente da cidade. Pode-se dizer que esse é um esforço que tenta descaracterizar o Rio de Janeiro, além de não mudar a realidade de seus moradores, não os dá oportunidades de trabalho e é bastante desrespeitosa com os habitantes do conjunto de favelas da maré. Essas medidas administrativas podem se materializar de diferentes maneiras e até mesmo de formas não fisicamente violentas, mas cuja natureza discriminatória fica evidente, ou seja, são políticas públicas que, em sua essência, tem caráter meramente segregacionista.

2.5. FENÔMENOS SOCIAIS QUE CIRCUNDAM OS FENÔMENOS DE EXCLUSÃO

2.5.1. GENTRIFICAÇÃO

A socióloga britânica Ruth Glass autora de várias obras notáveis, sendo “Clichés Of Urban Doom and Other Essays” uma de suas mais famosas, por meio de um neologismo usa, pioneiramente o termo gentrificação, que consiste na alteração de um certo espaço urbano em todos os seus níveis, substituindo uma classe mais carente por outra economicamente mais abastada. A socióloga usa o termo para descrever o “aburguesamento” de lugares de Londres que eram abundantemente frequentados por operários e, devido à grande visibilidade e popularidade desses ambientes, seu público foi substituído pela elite londrina.

No Brasil, um grande exemplo de gentrificação é a rua Augusta, localizada na cidade de São Paulo, a referida rua é um grande centro cultural, que era conhecida por ser um ambiente berço da heterogeneidade. A área, com o tempo, começou a sofrer com a especulação imobiliária e com o aumento macroscópico dos valores dos estabelecimentos de lazer que antes eram frequentados por classes sociais inferiores. O processo de gentrificação, bastante velado e disfarçado de valorização vai, progressivamente, substituindo a diversidade socioeconômica da rua Augusta, pela quase que exclusiva presença da elite paulistana.

Neil Smith, em "Gentrificação, a Fronteira e a Reestruturação do Espaço Urbano, salienta que o processo de gentrificação pode parecer algo natural, mas ocorre por ações ativas, ou seja, é uma ordem coordenada de condutas sistematizadas para promover a expulsão de pessoas e limpeza social da área. Traduz-se na busca pela homogeneização, aspecto que não muito surpreende ao remeter à própria limpeza étnica. A gentrificação é uma guerra silenciosa das disparidades sociais lutando por espaço, onde todos podem ser agentes gentrificadores. Aceitar essas mudanças que são impostas no espaço, é uma forma involuntária de consentimento, é preciso questionar o motivo das alterações e verificar o verdadeiro público que é beneficiado por elas.

2.5.2. MIXOFOBIA

Zygmunt Bauman, famoso sociólogo polonês conhecido por suas análises das contradições da modernidade e da pós-modernidade, em sua obra, "Confiança e Medo na Cidade", faz uma ampla reflexão sobre o ambiente em que essas contradições costumam ocorrer: a cidade. E, durante a obra, Bauman apresenta um conceito bastante pertinente à sociedade pós-moderna, a chamada mixofobia. Mixofobia remete à crescente tendência da individualização, da luta exaustiva de proteção dos bens individuais em detrimento do coletivo; é inclinação da sociedade à obsolescência da empatia, é o esquecimento da compaixão.

Bauman também apresenta o conceito de mixofilia que, em contraposição à mixofobia, seria o prazer pelo conhecimento de novas situações e povos, o gosto pela vida compartilhada, a exaltação da empatia. Ambos os conceitos existem dentro das cidades e, também, dentro de cada indivíduo. Para Bauman, esses dois sentimentos opostos coexistem em constante conflito, uma coexistência colérica e tortuosa. É ressaltada a importância do exercício do lado mixofílico de cada indivíduo, para que as relações humanas não continuem a se distanciar, tornando-se cada vez mais frígidas e, até, violentas.

2.5.3. ETNOCENTRISMO E XENOFOBIA

Etnocentrismo, conceito oriundo da antropologia, área do conhecimento que, em seu sentido mais amplo, é a ciência do próprio homem e, portanto, de seu comportamento. É a ideologia que centraliza uma cultura e inferioriza as demais, é a sensação comum entre indivíduos de um mesmo grupo de que sua cultura é superior, mais avançada ou até mais correta; o sentimento etnocêntrico cria a ideia de seres superiores, mais desenvolvidos e, até, mais iluminados do que grupos pertencentes a outras culturas.

Por mais que o etnocentrismo seja um conceito mais aplicado a grupos culturais é, também, conexo às relações entre indivíduos de uma mesma cultura, porém de classes sociais distintas, que insistem numa superioridade ilusória atrelada à diferença econômica, onde a elite considera seu comportamento e lazeres mais sofisticados e, desse modo, indignos daqueles menos pecuniosos.

O etnocentrismo nada mais é do que uma avaliação pautada em juízos de valor daquilo que é considerado diferente, desse modo, tal ideia é considerada como uma das principais causas da xenofobia, já que a visão etnocêntrica caminha em contramão aos processos que favorecem a integração internacional, gerados no avanço da tecnologia de informação e comunicação; tal visão é sinônimo de intolerância e repulsão.

A xenofobia, uma das sequelas do pensamento etnocêntrico, traduz-se em qualquer comportamento violento baseado nas diferenças de origem geográfica, linguística ou étnica. Muitas vezes, essa aversão se traduz em atos de abuso e exibição de ódio. Manifestações preconceituosas e de intolerância não devem e não podem encontrar respaldo lógico em justificativas para tais atos, mas é possível que se faça uma análise das possíveis motivações que acabam culminando em atos xenofóbicos, considerando isso, é viável imaginar que o medo da perda de identidade, a ameaça no mercado de trabalho com a chamada “migração de cérebros” e a própria falta de conhecimento intercultural, desencadeiem o sentimento de nacionalismo extremista. A xenofobia é, também, externada em políticas cujo escopo é criar ainda mais fronteiras físicas e ideológicas entre as nações, dificultando os movimentos migratórios e a interação mundial. A ideologia política do atual Presidente norte americano Donald Trump exemplifica perfeitamente a xenofobia atrelada a políticas públicas.

2.5.4. PRECONCEITO E INTOLERÂNCIA

O preconceito é um juízo de valor criado na ausência de racionalidade, é uma convicção meramente arbitrária e odiosa e, lamentavelmente, simbiótica à vida em sociedade, é perpetuado e transmitido por indivíduos puramente dogmáticos.

Etienne De La Boétie, escritor francês e humanista do século XVI, aos seus dezoito anos, escreveu a obra “Discurso sobre a servidão voluntária”, que é uma análise social cuja percepção é bastante astuta, que pergunta à massa o motivo da ausência da pluralidade de opiniões e do consentimento gratuito. O preconceito é uma expressão brutal dessa polarização, é um defeito grave que ataca a capacidade de reflexão e apenas qualifica e, portanto, limita o próximo. O preconceito é a junção do medo e da

ignorância. É o sentimento de que o diverso pode destruir ou alterar a individualidade do preconceito, é a intolerância enraizada e é a carência de empatia.

Intolerância, palavra de origem latina, significa “sofrer em silêncio”. O conceito expressa a ideia de submissão, é a falta da capacidade de respeitar as diferenças de outrem, sejam elas étnicas, religiosas, culturais, de orientação sexual, de gênero ou raciais. A chamada tolerância passiva, concepção pouco conhecida, é aquele que tolera, mas não abraça a diversidade, evita conviver ou até mesmo apoiar pessoas e grupos possuidores de características distintas das suas; essa espécie de tolerância não é suficiente, apesar de, ao menos, não ser violenta, também não contribui para a diminuição das brutalidades e para a celebração da diversidade. A tolerância ativa, por outro lado, tem a diversidade como princípio, aqui se enquadram aqueles que acreditam que o positivo de viver em sociedade é a possibilidade do diverso, da troca cultural e afetividade humana. A tolerância ativa, sim, é uma ideologia que deve ser perseguida para que uma verdadeira harmonia e um novo cenário de cooperação social surjam.

2.6. LIAME ENTRE GENOCÍDIO E LIMPEZA ÉTNICA

Alicerçado nas informações bibliográficas reverenciadas neste trabalho e, principalmente, considerando a dissertação de Manuel João Ferreira Abelha para a Universidade Católica Portuguesa, torna-se facilitada uma construção acerca do discreto, porém, contundente, liame entre a limpeza étnica e o crime de genocídio.

O ponto de distinção entre a limpeza étnica e o crime de genocídio é alvo de intensas discordâncias entre os tribunais, sendo, a Resolução da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, de 18 de dezembro de 1992 (A/RES/47/121), a mais incisiva sobre o assunto. A Resolução afirma que a política de limpeza étnica pode ser classificada como uma forma de genocídio, podendo até ser integrada nas categorias de crimes contra a humanidade e crimes de guerra. Apesar da clareza empregada pela ONU em sua Resolução, pode-se levantar outra questão pertinente sobre a concatenação entre as ações. A limpeza étnica pode ser examinada como um fenômeno incipiente que, quando potencializado, expressa-se no próprio crime de genocídio.

Ambos carregam, em sua essência, a violência direcionada a grupos específicos e, mesmo que o genocídio configure, sempre, uma intenção agravada, os atos empregados nas ações são demasiadamente semelhantes, tornando a limpeza étnica um fenômeno social não passível de menosprezo, já que é tão destrutiva quanto o crime de genocídio, em seus próprios padrões e alcances.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estes fenômenos sociais decorrem da angústia do homem diante do desconhecido. A espécie humana nunca fora talentosa em partilhar e, tampouco, pacifista. A vida em sociedade, mesmo não agradando a todos, é, essencial e indissociavelmente, plural.

A sociedade é berço de um complexo acervo de culturas, religiões, raças e etnias. Resistir contra tal diversidade não passa de um esforço condenável e sem propósito.

Nasce, deste traço infeliz da humanidade, a necessidade da constante vigilância. Observar àqueles que não possuem meios para se defender ou que sofrem com a omissão e negligência de seus Estados.

Punir, em tribunais, a violência gerada nesses fenômenos não é suficiente, deve-se conscientizar a comunidade internacional, por meio da Organização das Nações Unidas ou de outras instituições humanitárias, a beleza da pluralidade étnica e sobre a importância da abundância de religiões. Ensinar, também, sobre a naturalidade inerente à igualdade de gêneros e raças; demonstrar à juventude, a grandiosidade do respeito e a sublimidade de um povo heterogêneo.

4. REFERÊNCIAS

ABELHA, Manoel João Ferreira. Genocídio e Limpeza Étnica: Uma mesma concepção, realidades diferentes? 2013. 57 f. Tese (Doutorado) - Curso de Direito, Universidade Católica Portuguesa, Porto, 2013.

A ESTRUTURA DO CONHECIMENTO NAS UNIVERSIDADES OCIDENTALIZADAS: RACISMO/SEXISMO EPISTÊMICO E OS QUATRO GENOCÍDIOS/EPISTEMICÍDIOS DO LONGO SÉCULO XVI. Brasília: Revista Sociedade e Estado, v. 31, n. 1, 2016. Mensal.

ARBEX, Daniela. Holocausto Brasileiro: Vida, Genocídio e 60 mil mortes no maior hospício do Brasil. São Paulo: Geração Editorial, 2013. 233 p. Prefácio de Heliane Brum.

BAUMAN, Zygmunt. Confiança e Medo na Cidade. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

BAUMAN, Zygmunt. Modernidade e Holocausto. Rio de Janeiro: Zahar, 1989. 268 p.

BRASIL. Decreto nº 30.822, de 6 de maio de 1952. Convenção Para A Prevenção e A Repressão do Crime de Genocídio. Brasília.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Extradicação n. 855. Relator: Min. Celso Mello. Santiago, 26 de agosto de 2004. Diário da Justiça, Brasília, 15 ago. 2005.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Extradicação n. 273. Relator: Min. Victor Nunes. Polônia, 07 de junho de 1997

CAMPOS, Ricardo Ribeiro. O Genocídio e a sua Punição nos Tribunais Internacionais. Revista de Informação Legislativa, Brasília, v. 178, n. 45, p.91-103, jun. 2008.

CANÊDO, Carlos. O genocídio como crime internacional. Belo Horizonte: del Rey, 1999. 246 p.

CUNHA, Euclides. da. Os Sertões. São Paulo: Nova Fronteira, 2016. 600 p.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS, ONU, 1948

JAPIASSÓ, Carlos Eduardo Adriano. O Direito Penal Internacional. São Paulo: del Rey, 2008. 134 p.

DE LABOÉTIE, Étienne. Discurso sobre a servidão voluntária. São Paulo: Edipro, 2017. 80 p.

LAFER, Celso. A reconstrução dos direitos humanos: A contribuição de Hannah Arendt. Estudos Avançados, São Paulo, v. 2, n. 5, p.55-65, jun. 1997.

LOUREIRO, Heitor de Andrade Carvalho. 95 Anos do Genocídio Armênio: O Protótipo dos Genocídios dos Tempos Modernos. Revista Ética e Filosofia Política, São Paulo, v. 2, n. 12, p.271-275, jul. 2010.

MALIZIA, Pierfranco. IDENTIDADE E PRECONCEITO: ALGUMAS AMBIVALÊNCIAS. *Ambivalências: Revista do Grupo de Pesquisa "Processos Identitários e Poder" - GEPIIP, São Cristóvão*, v. 2, n. 3, p.238-258, jun. 2014.

MARQUES, Lívia Bueno da Costa. *A Teoria do Caos no Cinema*. 2010. 50 f. Monografia (Especialização) - Curso de Jornalismo, Faculdades Integradas Hélio Alonso, Rio de Janeiro, 2011.

MINUCI, Geraldo. O Genocídio e o Crime de Genocídio. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, São Paulo, v. 83, n. 1, p.299-321, mar. 2010. Disponível em: <<http://www.revistasdotribunais.com.br/maf/app/delivery/document>>. Acesso em: 13 mar. 2017.

RUMMEL, R.j.. *War and Democide Never Again*. Fort Lauderdale: Llumina Press, 2004. 336 p.

SOUZA, M.C de; MENDES, Gabriela Flávia Ribeiro; VIEIRA FILHO, José Maurício. Genocídio em Ruanda: uma análise da intervenção humanitária à luz do Direito internacional. *Âmbito Jurídico*, Rio Grande do Sul, v. 13, n. 79, p.1-3, ago. 2010. Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?artigo_id=8186&n_link=revista_artigos_leitura>. Acesso em: 13 mar. 2017.

SMITH, Neil. GENTRIFICAÇÃO, A FRONTEIRA E A REESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO URBANO. *Geosp - Espaço e Tempo*, São Paulo, n. 21, p.15-31, mar. 2007. Tradução: Daniel de Mello Sanfelici.

RANGEL, Natália Fonseca de Abreu. O esvaziamento do conceito de gentrificação como estratégia política. *Cadernos Nauj, Florianópolis*, v. 4, n. 5, p.40-57, dez. 2015. Mensal.

Contatos: leomega9@hotmail.com e antonio.piacentin@mackenzie.br